

Samarco destina R\$ 10 bilhões para reparação na Bacia do Rio Doce nos primeiros seis meses do Acordo



Seis meses após a homologação do Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Samarco segue cumprindo todas as suas obrigações. Já foram destinados R\$ 10 bilhões às ações de indenização individual e auxílios financeiros, reassentamento e recuperação ambiental, bem como ao repasse de recursos aos poderes públicos federal, estadual e municipal.

Com a implementação do Acordo, foram incluídas novas modalidades indenizatórias, como o Programa Indenizatório Definitivo (PID) e o Sistema para Agricultores Familiares e Pescadores Profissionais (Agro-Pesca), para reparação integral e definitiva. O PID garante pagamento de R\$ 35 mil por pessoa física ou jurídica elegível, enquanto o Sistema Agro-Pesca destina R\$ 95 mil aos agricultores familiares e pescadores profissionais elegíveis.

Recursos públicos e privados mobilizados

Do total destinado, R\$ 4,9 bilhões foram repassados diretamente aos entes públicos, permitindo que municípios e estados avancem com obras e políticas públicas estruturantes — entre elas, a duplicação da BR-356, que liga Belo Horizonte a Mariana. Estes valores incluem as primeiras parcelas pagas aos municípios que aderiram ao Acordo.

Já as ações sob responsabilidade direta da Samarco, as chamadas obrigações de fazer, totalizaram R\$ 5,1 bilhões nestes seis meses, destinados às indenizações, reassentamento e ações ambientais.

Foco nas pessoas: mais de 14 mil indenizações e auxílios pagos

A reparação às pessoas é a prioridade da Samarco: nesses seis meses, foram destinados mais de R\$ 1,4 bilhão em indenizações individuais e auxílios financeiros, beneficiando aproximadamente 14,9 mil pessoas (até 9 de maio de 2025).

"Nosso compromisso é continuar as atividades de indenização e realizar o pagamento a todas as pessoas elegíveis, garantindo a reparação integral e definitiva. Reparar é nosso dever e responsabilidade", reforça o presidente da Samarco, Rodrigo Vilela.

Os pagamentos incluem diversas modalidades previstas no Acordo: PID, Lucros Cessantes, Dano Água, Sistema PIM-AFE, Novel, Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e Auxílio Substancial Emergencial (ASE), além dos repasses específicos a povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, que somam R\$ 326,3 milhões.

Programa Indenizatório Definitivo (PID) e Sistema Agro-Pesca

Entre fevereiro e maio de 2025, o PID recebeu mais de 255 mil requerimentos — volume equivalente a quatro vezes a população de Mariana —, com cerca de 63% dos pedidos oriundos de pessoas que também integram a ação judicial no Reino Unido. Até o momento, mais de 60 mil termos foram assinados, com mais de 31 mil pagamentos, contando com os que serão realizados no dia 27 de maio.

O Sistema Agro-Pesca segue com a plataforma aberta até 4 de junho de 2025, assegurando o pagamento individual de R\$ 95 mil em parcela única a agricultores familiares e pescadores profissionais elegíveis.

Reassentamentos em fase final

Outro marco importante é a conclusão dos reassentamentos coletivos de Novo Bento Rodrigues e Paracatu. Até agora, 93% dos imóveis previstos — casas, sítios, comércios e bens coletivos — foram entregues ou tiveram indenizações pagas para famílias que optaram por essa modalidade. Todas as construções iniciadas antes da homologação do Acordo serão concluídas até o final de 2025. As obras que tiveram seus projetos definidos após o Acordo, serão entregues posteriormente, conforme prazos estabelecidos no processo.

Além disso, 95% dos equipamentos públicos foram entregues, como escolas, postos de saúde e estações de tratamento de água e esgoto, já estão concluídos e em funcionamento. Um acordo complementar com a Prefeitura de Mariana assegura R\$ 108,9 milhões para custeio de equipamentos e serviços públicos. O investimento total nos reassentamentos supera R\$ 7 bilhões.

Recuperação ambiental avança com entrega de plano ao Ibama

Até julho de 2025, a Samarco entregará ao Ibama e demais órgãos ambientais o Plano de Recuperação Ambiental (PRA), que reúne todas as ações previstas no Acordo para restaurar e compensar os impactos ambientais do rompimento.

As medidas incluem a recuperação de áreas afetadas, restauração de margens, revitalização do ambiente aquático, além do reflorestamento compensatório de 50 mil hectares — dos quais 41,1 mil já foram cercados e protegidos — e a recuperação de 5 mil nascentes, com 3.716 já cercadas.

Adicionalmente, seguem em curso programas de monitoramento da qualidade da água e dos sedimentos, com investimentos de R\$ 285 milhões destinados ao projeto de monitoramento da biodiversidade aquática via parcerias com Fapemig, FEST e Fundação Tamar. Desde 2018, já foram investidos R\$ 796 milhões nesta frente.

Também estão sendo realizados estudos de viabilidade para a retirada adicional de sedimentos na UHE Risoleta Neves (Candonga).

Balanço de 6 meses de Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce em números

- **R\$ 10 bilhões é o total** destinado à reparação nos primeiros seis meses.
- **26 municípios aderiram** ao Acordo e receberam, até o momento, R\$ 68,4 milhões
- **R\$ 4,9 bilhões** repassados a entes públicos
- **R\$ 5,1 bilhões** aplicados diretamente pela Samarco (indenizações, reassentamentos e ações ambientais).
- **R\$ 1,4 bilhão pagos a 14,9 mil pessoas** (até 9/5/25)
- **R\$ 326,3 milhões** pagos a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais
- **PID:** mais de 21 mil pagamentos individuais de R\$ 35 mil cada.
- **Sistema Agro-Pesca:** pagamento individual de R\$ 95 mil
- **93% dos imóveis** nos reassentamentos concluídos ou indenizados
- **95% dos equipamentos públicos** entregues nos reassentamentos
- **41,1 mil hectares** com área cercada e protegida (82% da meta)
- **3.716 nascentes** cercadas e protegidas (74% da meta)
- **R\$ 285 milhões** destinados no monitoramento da biodiversidade aquática